

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.125 - SP (2018/0276488-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : F. BRASIL LTDA  
**ADVOGADOS** : WALDIR LUIZ BRAGA - SP051184  
HANS BRAGTNER HAENDCHEN - SP243797  
CESAR MORENO E OUTRO(S) - SP165075  
BEATRIZ KIKUTI RAMALHO - SP291844  
MARCELO BRAGA COSTRUBA - SP285732  
LUIZ EDUARDO DE SOUZA NEVES SCHEMY - SP203946  
ALAN CLEITON CHAVES - SP316058  
RODRIGO TAVARES AUGUSTO - SP409389  
**AGRAVANTE** : FAZENDA NACIONAL  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por F. Brasil Ltda contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõem os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obistou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

Com efeito, encontra-se consolidado nesta Corte o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. A propósito: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: incidência do óbice da Súmula 7/STJ; inviável a análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas.

Ocorre que o agravante não impugnou, especificamente, o fundamento de incidência do óbice da Súmula 7/STJ, o que acarreta o não conhecimento do agravo.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.276.237/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 718.118/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/12/2018; AgInt no AREsp 1.345.064/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 13/12/2018.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários

advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **BENEDITO GONÇALVES**

Relator

